

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Carina Deolinda da Silva Lopes

**DESIGUALDADES SOCIAIS NO ÂMBITO URBANO: A
IMPORTÂNCIA DO PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Santa Maria, RS.
2023

Carina Deolinda da Silva Lopes

**DESIGUALDADES SOCIAIS NO ÂMBITO URBANO: A
IMPORTÂNCIA DO PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Ambiental, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Educação Ambiental**.

Orientador: Prof. Dr. Djalma Dias da Silveira

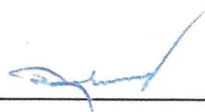
Santa Maria, RS
2023

Carina Deolinda da Silva Lopes

**DESIGUALDADES SOCIAIS NO ÂMBITO URBANO A IMPORTÂNCIA DO PAPEL
DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação Ambiental, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Educação Ambiental**.

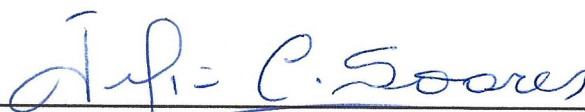
Aprovada em 24 de março de 2023:



Djalma Dia da Silveira, Prof. Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Ederson Rossi Abaide, Prof. Dr. (UFSM)



Júlio Cezar Mendes Soares, Prof. Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

RESUMO

DESIGUALDADES SOCIAIS NO ÂMBITO URBANO: A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

AUTORA: Carina Deolinda da Silva Lopes
ORIENTADOR: Dr. Djalma Dias da Silveira

O papel principal da Educação Ambiental é contribuir para que as pessoas adotem um novo olhar em relação ao seu lugar comum, seu habitat. A Educação Ambiental possibilita a discussão e reflexão, bem como aprendizado sobre estratégias e busca pela mudança deste olhar predatório, principalmente no que tange o desequilíbrio nas regiões urbanas devido as desigualdades sociais e falta de estruturação adequadas, visando uma mudança efetiva. O objetivo deste trabalho é perceber de que forma a Educação Ambiental pode favorecer a diminuição das desigualdades sociais no ambiente urbano. Este trabalho tem como método de abordagem o hipotético-dedutivo, com técnica de pesquisa bibliográfica. Como resultado primordial deste trabalho está a apresentação de uma reflexão necessária a respeito do enfoque da percepção da educação ambiental e dos ODS no âmbito da educação básica. Conclui-se que a educação para uma ensinar ambiental é fundamental como um eixo de possibilidades às mudanças necessárias para o cuidado e preservação ambientais, também auxiliando no desenvolvimento de práticas que diminuam as desigualdades sociais, afinal onde existem problemas desta esfera, também existem impactos ambientais em diferentes espaços, como o urbano, objeto desta breve análise.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Desigualdades sociais. Meio ambiente.

ABSTRACT

SOCIAL INEQUALITIES IN THE URBAN SCOPE THE IMPORTANCE OF THE ROLE OF ENVIRONMENTAL EDUCATION

AUTHOR Carina Deolinda da Silva Lopes
ADVISOR: Dr. Djalma Dias da Silveira

The main role of Environmental Education is to help people adopt a new look at their common place, their habitat. Environmental Education enables discussion and reflection, as well as learning about strategies and seeking to change this predatory look, especially with regard to the imbalance in urban regions due to social inequalities and lack of adequate structuring, aiming at an effective change. The objective of this work is to understand how Environmental Education can favor the reduction of social inequalities in the urban environment. This work has the hypothetical-deductive method of approach, with a bibliographic research technique. It is concluded that education for environmental teaching is fundamental as an axis of possibilities for the necessary changes for environmental care and preservation, also helping to develop practices that reduce social inequalities, after all, where there are problems in this sphere, there are also environmental impacts. In different spaces, such as the urban, object of this brief analysis.

Keywords: Environmental education. Social differences. Environment.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	06
2 OBJETIVOS.....	07
2.1 OBJETIVO GERAL	07
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	08
3.JUSTIFICATIVA	08
4 REFERENCIAL TEÓRICO.....	09
4.1 Evolução conceitual da educação ambiental.....	09
4.2 Desigualdade no Âmbito Urbano	09
4.3 Educação Ambiental: Saber Ambiental e Ecoalfabetização	12
5 METODOLOGIA.....	20
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	22
8 CONCLUSÃO	23
REFERÊNCIAS.....	24

1. INTRODUÇÃO

A análise que se apresenta nesta monografia de pós-graduação em Educação ambiental está ligada com questões bastante visíveis em ambiente urbano, um dos reflexos mais presentes quando da não concretização dos serviços básicos do meio social referido são refletidas nas desigualdades, principalmente em relação a renda, saneamento básico, coleta de lixo, habitação, entre outros pontos que são percebidos a partir de um levantamento dos dados históricos e censitários brasileiros.

Adicionalmente é abordada a percepção geral sobre as principais desigualdades sociais brasileiras e os importantes impactos sociais e ambientais causados pela falta de igualdade nas condições básicas de qualidade de vida dos cidadãos em meio urbano.

Desta forma, inicialmente são abordadas as desigualdades no ambiente urbano, posteriormente o papel da educação ambiental e da ecoalfabetização neste contexto e seu papel para colaboração na diminuição destas diferenças no contexto social.

Atrelada a esta ideia está a importância que a função da educação ambiental possui para o estudo, desde as informações sobre moradia, saneamento básico, coleta de lixo, seus déficits e a sua ligação com a degradação e impacto ambiental nas cidades do Brasil.

Aborda-se neste contexto a importância de uma educação de qualidade e chama atenção para o trabalho desenvolvido junto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), encabeçado pela ONU e países do mundo na busca por proporcionar a concretização de um viver sustentável adequado e preservação da vida na Terra, através de abordagem metodológica hipotético-dedutiva, com técnica de pesquisa bibliográfica.

Assim, são apresentados os ODS no que tange aos critérios estabelecidos para a construção de um meio ambiente preservado e sustentável a partir do ODS 4 e 11, sobre o trabalho em prol de uma educação de qualidade e de cidades mais sustentáveis.

Faz-se importante dentro do contexto do ensino ambiental estabelecer uma reflexão a respeito dos contornos das desigualdades urbanas refletidas a partir da

percepção sobre a falta de alcance adequado de saneamento básico, coleta de lixo, habitação, entre outros que transformam e separam regiões e classes sociais, e a importância do trabalho transversal e concretizador da educação ambiental a fim de possibilitar melhoramentos no bem-estar terrestre de convívio de manutenção do ambiente comum.

1.1 OBJETIVOS

Como objetivo geral tem-se a busca pela reflexão sobre como a Educação Ambiental influencia sobre as desigualdades sociais e seus reflexos em razão da proteção e manutenção do meio ambiente em meio urbano. Já os objetivos específicos compreendem verificar as concepções sobre a educação ambiental e sua importância no contexto social a partir da análise dos ODS e analisar quais são os pontos de importância para colaborar com a diminuição das desigualdades sociais em ambiente urbano com auxílio dos ODS.

1.2 JUSTIFICATIVA

Em meio social as desigualdades sociais são uma constante, diante desta realidade o meio ambiente geralmente é atingido por ações que evidenciam potenciais degradantes ou até mesmo impactantes de uma realidade que é desencadeada pela falta de informação e conhecimento, sendo que a reflexão pela temática é de suma importância para favorecer um olhar aguçado a respeito desta temática.

Justifica-se a realização desta monografia pela relevância que a temática da questão ambiental tem no campo da educação para a busca formativa de uma nova perspectiva e conscientização ambiental, o que reflete significativamente em todos os âmbitos sociais, inclusive nas desigualdades.

Ressalta-se que o intuito deste trabalho é contribuir com a reflexão a respeito da importância da temática e da defesa da educação ambiental para que sejam oportunizadas reflexões adequadas a fim de agregar para com os pilares de proteção e promoção do equilíbrio ambiental.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Evolução conceitual da educação ambiental

No Brasil, na década de 80, a Educação Ambiental chamou a atenção como objeto de estudo, como pode ser percebido na Constituição Federal, no seu art. 225º, parágrafo 1º, inciso VI, sobre Meio Ambiente, instituindo como competência do Poder Público, a necessidade de “promover Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para preservação do Meio Ambiente”.

Já em se tratando de legislação especial na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), estabelecida pela Lei nº 9.795 de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, dando margem para a universalização da prática educativa para toda a sociedade.

A referida PNEA entende Educação Ambiental como um processo que estabelece valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas à preservação e conservação do meio ambiente, com um caráter interdisciplinar, sistêmico e integrador (BRASIL, 1999).

Não mesmo importante considerar importante o entendimento da UNESCO (1977):

A Educação Ambiental, bem compreendida, deverá constituir uma educação geral permanente que reaja às mudanças produzidas num mundo em rápida evolução. Essa educação deverá preparar o indivíduo através da compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe os conhecimentos técnicos e as qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva que vise melhorar a vida e proteger o ambiente, valorizando os aspectos éticos (Conferência de Tbilisi, 1977).

Com o reconhecimento global da complexidade crescente dos problemas ambientais, a expressão educação ambiental vem funcionando como um ideário pedagógico e político, sendo que se percebe a sua utilização vinculada com a emergência da crise ambiental, que assola o meio social.

Neste sentido, a preocupação cada vez mais evidente a respeito da degradação dos recursos naturais e da qualidade de vida, surgiram as ideias a respeito da necessária percepção a respeito do trabalho educacional com objetivos institucionais que visam a educação do ser que faz parte do meio, percebe-se que:

A questão da educação ambiental é, antes de tudo, a questão da educação, a qual se concretiza na necessidade inadiável da democratização da cultura, no acesso e na permanência na escola e na elevação do nível cultural da população para compreender os avanços científico-tecnológicos de nossa época. Nesse sentido, ela também deve se preocupar com as consequências que decorrem da relação do homem com a natureza, e também propor perspectivas de solução para os problemas ambientais que afetam a maioria da população. (RAMOS, 1996, p. 97)

Desta forma, inicialmente se aborda as desigualdades no ambiente urbano, posteriormente o papel da educação ambiental e da ecoalfabetização, neste contexto, e seu papel para colaboração na diminuição destas diferenças no contexto social.

2.2 Desigualdade no Âmbito Urbano

As cidades são um espaço de muitas interações e promoção da convivência humana, é neste espaço que muitas ações decorrem em meio social, sendo de suma importância desde a antiguidade para o surgimento de estados, desenvolvimento e favorecimento cultural, sendo considerada como um “local de encontro e convívio coletivos.” (SCHONARDIE, 2019, p. 122). E, também, de exercício e garantia de direitos.

Neste sentido David Harvey salienta que:

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade dependem inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sob o processo de urbanização. Como pretendo argumentar, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados. (2014, p. 28)

Observa-se que as discrepâncias e os níveis de desigualdades entre classes sociais e regiões do país são surpreendentes sobre a temática em apreço, contudo os dados censitários nacionais, apresentam limitações em relação às condições urbanas, principalmente em relação aos serviços urbanos, sendo assim em termos médios as condições urbanas melhoraram de forma substancial ao longo do tempo, sendo

inquestionável a redução da desigualdade de acesso às melhores condições urbanas em sentido geral, porém os pontos de desigualdade que se seguem podem gerar conflitos sociais e ambientais. (ARRETCHE, 2015, p. 193)

MARICATO, destaca que:

De 1940 a 2010 a proporção da população brasileira vivendo nas cidades passou de 31% a 84%, com atuais cerca de 160 milhões de residentes urbanos. Pode-se dizer que foi um dos processos mais intensos de urbanização ocorridos no mundo durante o século XX. Esse deslocamento gigantesco de população está relacionado à histórica concentração da terra rural e ao fracasso da proposta de Reforma Agrária, uma das propostas de Reforma de Base sustentada pelos movimentos sociais e sindicais no período que antecedeu o Regime Militar que teve início em 1964. (2010, p. 19)

Um dos principais entraves é a falta de estruturação e inchaço demográfico das cidades que inviabiliza, impede e prejudica o planejamento, porém, podemos planejar e buscar uma cidade bem planejada e estruturada, mas:

Em sua concretude ela nunca atinge essa perspectiva. Sendo assim, as cidades são sempre reais, pois comportam problemas sociais que interferem em seu planejamento. São possibilidades de se pensar o espaço urbano integrado à vida das pessoas que nele habitam. (SCHONARDIE, 2019, p. 17).

Percebemos indicadores de persistência de problemas de duas ordens, primeiro as evidentes dificuldades no fornecimento de certos serviços, e especialmente a coleta de esgoto, tendo em vista a prevalência de coberturas muito baixas; e em segundo a permanência de importantes desigualdades regionais e sociais no acesso aos serviços. (MARQUES, 2015, p. 223),

Neste sentido, causam inúmeros conflitos sociais e prejuízos ao meio ambiente, uma vez que:

As cidades ideais também comportam problemas, pois os habitantes, sempre em constante movimento, encontram dificuldades de relacionamentos sociais, essas zonas periféricas são em geral produto do descaso do poder público com determinados estratos sociais, dando ensejo a muitos problemas sociais. (SCHONARDIE, 2019, p. 18).

Percebe-se mais que uma separação por classes, as ações emanam desigualdades afetando também na triste realidade da degradação ambiental, uma vez que a falta de condições de sobrevivência adequadas acabam obrigando as pessoas a invadir áreas protegidas, desaguar esgoto de forma irregular, assim como a questão do lixo, que embora coletado, muitas vezes resta prejudicado em seu tratamento e principalmente a gestão nas cidades.

Neste sentido enfatiza Freire:

A gestão de cidades, no mundo contemporâneo, é um desafio dada à sua complexidade e interdisciplinaridade. A gestão local descentralizada estabelecida pela Constituição Federal e os desafios da sustentabilidade albergados pelo moderno constitucionalismo são necessariamente abordados de forma interdisciplinar, visto que o tema chama à análise de conceitos de várias ciências. A gestão urbana-ambiental traduzida em políticas públicas que se mostrem eficazes na consolidação da cidade sustentável é um desafio da contemporaneidade, principalmente no Brasil que assistiu a um processo de urbanização relâmpago, onde 80% da população nacional, segundo IBGE, habita cidades sem planejamento, sem condições mínimas de dignidade humana e que contribuem substancialmente para o esgotamento dos recursos naturais e agravamento dos problemas globais. O problema ambiental global tem início no local. A 2313 descentralização político-administrativa e reconhecimento do município brasileiro como parte integrante da federação e espaço privilegiado da gestão pública significa um avanço político participativo, porém a ausência de correspondente capacidade de gestão frente à complexidade das questões urbanas-ambientais são constatações trágicas que alarmam os municípios brasileiros. (FREIRE, 2008, p. 2312)

É urgente a união de esforços para que ocorram mudanças significativas no planejar e estruturar sistemas urbanos e pela educação, no atual cenário mundial, a humanidade faz parte deste ambiente, deste cenário, assim, todos são responsáveis, seja como humanos, seja como cidadãos seja como for, cabe o entendimento que o mundo é finito e que é necessária a reeducação para a sobrevivência e preservação sustentável de todo o ecossistema terrestre, neste sentido:

A lição para as comunidades humanas é óbvia. Um dos grandes impactos entre a economia e a ecologia deriva do fato de que a natureza é cíclica, enquanto nossos sistemas industriais são lineares. Nossos negócios coletam recurso, transformam esses recursos em produtos mais resíduos, e vendem os produtos para os consumidores, que descartam ainda mais resíduos depois de terem consumido os produtos. (CAPRA; LUISI, 2014, p. 437).

Diante disso, fica claro que a falta de condições urbanas adequadas aos seus cidadãos, reflete na necessidade de uma educação ambiental voltada para a ação, para a prática e para o ensejo de uma real ênfase do papel individual e coletivo para as mudanças em relação a esta temática, dando ensejo a luta por melhores condições urbanas, de saneamento, condições de sobrevivência e manutenção no meio em que se vive.

2.3 Educação Ambiental: Saber Ambiental e Ecoalfabetização

O saber ambiental enfatizado nos estudos de Enrique Leff e a ecoalfabetização embasada nos ensinamentos de Fritjof Capra, são conceitos que se desenvolvem a partir de um intercâmbio interdisciplinar, integrando processos naturais e sociais, matérias e pensamentos diferentes, e só pode acontecer por meio do diálogo de saberes entre as diversas identidades culturais, práticas tradicionais, processos produtivos e práticas pedagógicas.

É importante trabalhar a ideia a respeito da percepção sobre a importância do saber ambiental para a busca de um desenvolvimento de conhecimentos e de uma ecoalfabetização do meio social no intuito de concretizar efetivamente conceito e formas de sustentabilidade ambiental e assim favorecer o desenvolvimento de condições mais propensas ao equilíbrio entre as desigualdades sociais e o ambiente urbano.

Na sequência é analisada a ideia de que é necessário alfabetizar ecologicamente as pessoas para que todos entendam a importância sobre a sustentabilidade também como preservação ambiental, devendo levar em conta que todos os habitantes do planeta caminham em uma cadeia de relações, que devem ser respeitadas.

Em meados de 2015, foi então dado início a construção e desenvolvimento da Agenda 2030 pelas Nações Unidas, sendo que contém um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, a fim de possibilitar a reflexão pela comunidade mundial de seu papel social diante do lugar que ocupa.

Este documento visa fortalecer a paz universal com mais liberdade, perceber que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Da breve leitura dos documentos da Agenda 2030 relatam os países que elaboraram a Agenda 2030 que de sua determinação a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. (ONU, 2015).

Desta forma neste viés todos os países e todas as partes interessadas, devem atuar em parceria colaborativa, implementarão este plano. A Agenda referida busca libertar a humanidade da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o planeta Terra, assim são apresentados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

Figura 1- Imagem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: (ONU, 2015)

Dentro destes ODS encontra-se o objetivo 15 que trabalha a questão da vida terrestre visando proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda. (ONU,2015)

Importante salientar neste trabalho a ideia de desenvolvimento sustentável que abrange o trabalho da agenda 2030, através de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e contendo 169 metas que compõem esses objetivos no sentido de concretizar os direitos humanos e conscientizar o mundo a respeito da necessidade de cuidado com a casa comum, no objetivo do presente estudo mais especificamente o ambiente urbano, como os descritos nas Metas do ODS 11 ligado às cidades e comunidades sustentáveis.

Figura 2- ODS 11



Fonte: (ONU, 2015)

Entre as metas e objetivos encontram-se as seguintes:

11.1 até 2030, garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas

11.2 até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

11.3 até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países

11.4 fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo

11.5 até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao PIB global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade

11.6 até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros

11.7 até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, aos espaços públicos verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

11.a apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento

11.b até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às alterações climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o "Sendai Framework" para a redução do risco de desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis

11.c apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais (ONU, 2015)

Da leitura das referidas metas, percebe-se que foram traçadas para o melhoramento urbano se encontra na sua leitura um viés importante de comunicação interdisciplinar com o ODS 4, a respeito do objeto deste trabalho a importância da educação para a formação do ser humano, que aqui vai dialogar mais estritamente com a educação e o saber ambiental em prol de uma urbanização mais sustentável.

Dentro deste contexto encontram-se guardada o conteúdo das cidades sustentáveis e a educação em favor do desenvolvimento deste espaço que deve ser cada vez mais difundido e abarcado dentro da educação ambiental e que contempla também a busca pela sustentabilidade da vida humana na terra.

É de suma importância a percepção sobre o saber ambiental para a busca de um desenvolvimento de conhecimentos e de uma ecoalfabetização do meio social no intuito de concretizar efetivamente conceito e formas de sustentabilidade ambiental.

A educação ambiental, a ecoalfabetização, aparece como um mero processo de conscientização de cidadãos ou de profissionais para a gestão ambiental orientada para a dominação econômica. Necessita-se de uma modificação de olhar para a expansão do conhecimento a respeito da proteção, equilíbrio e continuidade do meio ambiente.

É fundamental para educação ambiental e aprimoramento do espaço urbano se discutir temas como globalização, ambiente e desenvolvimento, democracia ambiental, ecologia produtiva, ética ambiental, direitos culturais, modernidade e pós-modernidade, sociologia do conhecimento e racionalidade ambiental, psicanálise, interdisciplinaridade, educação ambiental, demografia, qualidade de vida, desenvolvimento e, especialmente a formação do saber ambiental.

Neste conjunto que faz com que a vida aconteça na Terra tem uma propriedade de ímpar quando está em toda a Terra e abrange todos os seres vivos, ocupando qualquer espaço livre. Acontece que os seres humanos por muitos anos viveram apenas dos recursos naturais, acreditando que esses eram infinitos, sem pensar nas futuras gerações.

Pensando nossas futuras gerações, está efetivamente relacionado com a ética ambiental e com a educação ambiental, haja vista que a crise ecológica não significa apenas o surgimento de problemas ambientais, mas a necessidade de novas formas de enxergar o mundo e especialmente a natureza. (JUNGES, 2004, p. 51) e seus diferentes espaços.

Neste sentido, parece indispensável que ocorra uma reflexão cultural, uma mutação que supere a visão redutiva e alcance um enfoque mais global a respeito do meio ambiente. Trata-se de passagem de um reducionismo científico metodológico que fragmenta a natureza para conhecê-la há uma cultura sistêmica que compreende as inter-relações presentes no meio ambiente, inclusive trazendo a reflexão de que o ser humano faz parte desse meio, nesse viés englobando seu espaço como urbano, neste sentido o autor José Roque Junges, aponta que:

O ser humano é um elo desse processo. Está inserido no ambiente físico, químico e biológico, implicado como qualquer outro vivente nos processos de circulação das substâncias nutrientes, de fluxo de energia e de manutenção do equilíbrio. Mas o ser humano, diferente dos outros seres, desenvolveu um confronto cultural com o seu quadro vital, enfraquecendo sua relação de dependência do ambiente biótico. Pela cultura, o ser humano cria um gerenciamento do ambiente, conferindo a este identidade própria em harmonia com o ecossistema natural ou comprometendo dramaticamente o seu funcionamento. (JUNGES, 2004, p. 57).

As sociedades humanas desenvolveram a capacidade de intervir no ambiente e nos processos naturais, seguindo objetivos e modelos próprios, desta forma têm responsabilidade ética sobre suas ações, principalmente a de preservar a qualidade do ambiente e que agem no uso dessa capacidade uma vez que existe a intervenção na natureza e sua preservação deve ser entendida como uma exigência ética porque depende da decisão humana, sendo essa a base da ética ambiental. (JUNGES, 2004, p. 58), sendo também papel da educação ambiental.

Neste sentido o autor Enrique Leff menciona que para compor um “caleidoscópio no qual o conceito de ambiente adquire novas luzes e matizes, onde os reflexos de cada tema sobre os outros vão delineando novas vertentes e abrindo novos campos de aplicação. O saber ambiental, crítico e complexo, vai se construindo num diálogo de saberes e num intercâmbio interdisciplinar de conhecimentos; [...]” (LEFF, 2001, p.13)

O saber ambiental se constrói à partir de um intercâmbio interdisciplinar, integrando processos naturais e sociais diferenciados, matérias e pensamentos diferentes, e só pode acontecer por meio de diálogo de saberes entre as diversas identidades culturais, práticas tradicionais, processos produtivos e práticas pedagógicas.

Neste viés percebe-se que o saber é fonte de certezas e identificações, sendo que o saber ambiental questiona a racionalidade científica que cerceia a natureza e

cerca a história, contribuindo para o combate, as incertezas de paradigmas legitimados e institucionalizados e agrega as manifestações de outros saberes, de outros sentidos e significações, à partir dos quais se constroem novas idealizações para proteção dos bens comuns, os bens ambientais. (LEFF, 2001, p. 196)

Neste sentido, o saber ambiental não só busca completar o conhecimento e o saber da realidade existente, mas embasa e orienta a construção de outra organização social que não seria a projeção das tendências atuais para o futuro. (LEFF, 2001, p. 234), contribuindo para que: “A educação ambiental tente articular subjetivamente o educando à produção de conhecimentos e vinculá-lo aos sentidos do saber. Isto implica fomentar o pensamento crítico, reflexivo e propositivo face às condutas automatizadas, próprias do pragmatismo e do utilitarismo da sociedade atual.” (LEFF, 2001, p. 250) contribuindo especialmente para o desenvolver das cidades com enfoque sustentável.

No caminho do saber ambiental temos a noção pedagógica ambiental concebida no sentido de que:

A pedagogia do ambiente implica tomar o ambiente em seu contexto físico, biológico, cultural e social, como uma fonte de aprendizagem, como uma forma de concretizar as teorias na prática a partir das especificidades do meio. Porém, o saber ambiental não é um conhecimento que se extrai da realidade empírica. É um projeto de revisão e reconstrução do mundo através de estratégias conceituais e políticas que partem de princípios e fundamentos de uma racionalidade ambiental que foram desterrados e marginalizados pelos paradigmas dominantes da ciência, como impurezas do conhecimento e externalidades do processo de desenvolvimento.[...]. (LEFF, 2001, p. 258)

A necessidade de percepção de mudanças no pensar e no agir a respeito da educação e no saber ambiental manifesta a importância do tema para a sobrevivência no meio urbano e o desenvolvimento de meios sustentáveis, “[...] o saber se converte em objeto privilegiado de estudo, para captar a constituição e mobilização de atores sociais e seus projetos societários, através de sistemas de conhecimento e codificações do mundo que incorporam e articulam os potenciais da natureza com seus sentidos existenciais.[...]” (LEFF, 2001, p. 280)

Essa mudança no modo de pensar, acredita-se que perpassa pela ideia de ecoalfabetização, onde através de uma concepção ecológica do direito, consigamos criar uma nova ordem ecojurídica, visando desenvolver o poder do povo.

Alfabetizar ecologicamente as pessoas de uma comunidade, centros urbanos, através do eu os outros mencionam, é extremamente importante, sendo que através disto se introduzirão também na vida social e no direito mudanças que abarquem a sustentabilidade e preservação ambiental demonstrando o entendimento de que o homem não está e não é sozinho no planeta, mas, que pertence a uma rede conexas de habitantes vivos do planeta, e que o poder deve ser compartilhado, uma vez que todos possuem igual acesso aos consumos globais.

Vale salientar que essas mudanças pela ecoalfabetização deve levar em conta que os habitantes do planeta não são apenas os seres humanos, mas também animais, plantas e todo o ecossistema da terra, focando em um entendimento primordial do todo e não apenas de suas partes componentes. (CAPRA; MATTEI, 2018, p. 63) e que muitas vezes acabam perdendo seus espaços pelo aumento desenfreado das cidades.

Já o autor Enrique Leff (2001) demonstra uma grande e constante preocupação sobre o processo de degradação ambiental que encerra também o avanço da desigualdade social e a corrosão da qualidade de vida, que são faces da mesma moeda, ou melhor, a crise do mundo globalizado. Evidencia-se também que o ambiente vai além da realidade visível, sendo a soma de aspectos físicos, biológicos e simbólicos, que por meio de ações econômicas, científicas e técnicas são reorganizadas e reconduzidas pelo homem.

Numa era de globalização em que a oferta de bens de consumo é exorbitante e exagerada, um dos grandes desafios é construir e dar apoio a concretização de assuntos como a assistência as comunidades sustentáveis, ambientes sociais, culturais e físicas onde possamos a fazer as nossas pretensões e aspirações sem comprometer as oportunidades das futuras gerações. (CAPRA; MATTEI, 2018, p. 61).

É necessário um novo entendimento acerca do sentido de habitat equilibrado como suporte ecológico e do habitar no espaço geográfico, em sentido contrário ao cenário atual, considerando-o como insustentável, dizendo que a cidade se tornou um local corrompido pelo capital onde há excesso de consumo, a população está cada vez maior e vivendo em espaços cada vez menores e se desperdiça energia.

Há ainda uma exploração excessiva dos recursos naturais, da água e excesso de lixo, tudo isso sendo fruto da globalização, bem como problemas inerentes as cidades. Neste sentido e como consequências a realidade da humanidade atual:

Por causa dessa situação calamitosa, que ameaça a própria sobrevivência da humanidade, o problema da sustentação da vida na Terra passou a ocupar o centro do palco nos últimos anos. A preocupação com o meio ambiente não é mais umas das muitas “questões isoladas”. É o contexto de todas as outras coisas – nossas vidas, nossos negócios, nossa política. O grande desafio do nosso tempo é o de como construir e nutrir comunidades e sociedades sustentáveis. Por isso, transmitir uma compreensão clara sobre a sustentabilidade transformou-se em um papel crítico da ecologia. (CAPRA; LUISI, 2014, p. 434).

Assim é importante perceber a importância que possui o saber ambiental e a expansão de uma educação focada no ecológico e no interdisciplinar que perceba que:

A questão ambiental não se esgota na necessidade de dar bases ecológicas aos processos produtivos, de inovar tecnologias para reciclar os rejeitos contaminantes, de incorporar normas ecológicas aos agentes econômicos, ou de valorizar o patrimônio de recursos naturais e culturais para passar para um desenvolvimento sustentável. Não responde à necessidade de preservar a diversidade biológica para manter o equilíbrio ecológico do planeta, mas de valorizar a diversidade étnica e cultural da espécie humana e fomentar diferentes formas de manejo produtivo da biodiversidade, em harmonia com a natureza. (LEFF, 2001, p. 57)

O ambiente emerge como um saber reintegrador da diversidade, onde se evidenciam-se novos valores éticos e estéticos e dos potenciais sinérgicos gerados pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais, trata-se de um saber ambiental que vai se ocupar de um espaço vago pelo progresso da racionalidade científica, “como sintoma de sua falta de conhecimento e como sinal de um processo interminável de preocupação teórica e de ações práticas orientadas por uma utopia: a construção de um mundo sustentável, democrático, igualitário e diverso.”(LEFF, 2001, p. 17)

Com isso o conceito de qualidade de vida está centrando no meio social, fazendo-se necessário o conhecimento de todos de um saber ecológico, pautado na sustentabilidade e no meio ambiente, um saber ambiental, tais exigências ambientalistas transcendem as aspirações por uma melhor qualidade de vida, suscitando um novo direito à terra e ao trabalho, as tradicionais demandas de emprego e salário, como também de satisfação das necessidades básicas através do consumo e da oferta de satisfatores de uma economia de bem-estar (LEFF, 2001), sendo que essa consciência ambiental se coloca como de suma importância, convocando todo o indivíduo como sujeito moral para construir uma nova realidade social. (LEFF, 2001, p.92).

3 METODOLOGIA

Este trabalho utilizou como método de abordagem o hipotético-dedutivo, com técnica de pesquisa bibliográfica, com fim de efetivar o estudo a respeito das desigualdades sociais no âmbito urbano e a importância do papel da educação ambiental neste contexto.

Na busca pelo desenvolvimento do estudo proposto será utilizada a pesquisa documental, no intuito de verificar a eficácia da bibliografia e da legislação nos contornos advindos da importância da educação ambiental, bem como método de procedimento: histórico/comparativo ou interpretativo.

A pesquisa foi realizada por meio de levantamento de dados históricos, legislações e bibliografias que possibilitem desenvolver e apresentar uma interpretação acessível a todos sobre as desigualdades sociais no âmbito urbano e a importância do papel da educação ambiental, a fim possibilitar melhorias junto ao meio comum.

A presente pesquisa conduziu inicialmente uma pesquisa teórica e bibliográfica com intuito inicialmente de perceber a evolução conceitual da educação ambiental, evidenciando os reflexos sobre a desigualdade no âmbito urbano. Neste sentido o levantamento desenvolvido busca referenciar a educação ambiental nos contornos do saber ambiental e ecoalfabetização.

No primeiro tópico sobre a evolução conceitual da educação ambiental, buscou-se efetuar o levantamento acerca do conceito da educação ambiental através da visão da UNESCO e também de autores sobre o tema.

Já o segundo tópico efetuou-se através de uma abordagem sobre a desigualdade no âmbito das cidades, com referências conceituais para a pesquisa a partir do pensamento de David Harvey, Elenise Schonardie, Marta Arretche e Erminia Maricato, onde percebe-se que as cidades refletem aquilo que é consequência da segregação e tratamento desigual aos moradores urbanos.

O terceiro tópico, fechando o cumprimento aos objetivos da pesquisa, efetuou a abordagem da Educação Ambiental: Saber Ambiental e Ecoalfabetização através do estudo dos autores Enrique Leff, Fritjof Capra, entre outros, onde percebe-se que as condições urbanas adequadas aos seus cidadãos, reflete na necessidade de uma educação ambiental voltada para a ação, para a prática e para o ensejo de uma real ênfase do papel individual e coletivo junto das mudanças em relação a esta temática.

Neste interim, através desta metodologia foi evidenciada a importância desta temática dentro dos ODS, mais restrito a temática o ODS 11, cidades sustentáveis no intuito de tratar a respeito da temática e os reflexos sobre as desigualdades sociais nos sistemas urbanos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da revisão bibliográfica verificou-se que o papel principal da Educação Ambiental, a partir de autores como CAPRA e LEFF, é contribuir para que as pessoas adotem um novo olhar em relação ao seu lugar comum, seu habitat e que esta modalidade educacional possibilita a discussão e reflexão, bem como aprendizado sobre estratégias e busca pela mudança deste olhar predatório, principalmente no que tange o desequilíbrio nas regiões urbanas devido as desigualdades sociais e falta de estruturação adequadas, visando uma mudança efetiva.

Através da pesquisa e no enfrentamento dos objetivos propostos vislumbrou-se uma reflexão sobre de que forma a Educação Ambiental pode favorecer a diminuição das desigualdades sociais no ambiente urbano contribuindo nos espaços educacionais formais e não formais a fim de garantir formas de contribuir para a preservação e cuidado com o meio ambiente, principalmente com a reflexão a partir da autora Elenise Shornadie e Emília Maricato.

Assim, verifica-se que mais do que um tema transversal a educação ambiental atua no ensino da educação formal, mas também faz parte do trabalho realizado entre o meio informal, ou seja, para além da Escola.

É necessário que as sociedades humanas tenham em mente que o saber ambiental se constrói a partir de um campo interdisciplinar que se integra com vários processos naturais e sociais, sejam eles materiais ou de pensamento e que acontece através de diálogos de saberes entre diversas identidades culturais, práticas tradicionais, processos produtivos e práticas pedagógicas que têm um objetivo comum de mudança do paradigma que favoreça a construção de um melhoramento do espaço urbano atual e preocupado com a reserva da preservação do meio ambiente.

Da discussão enfatizada neste trabalho tem-se como resultado da pesquisa apresentada que a educação para uma ensinar ambiental é fundamental como um eixo de possibilidades às mudanças necessárias para o cuidado e preservação ambientais, também auxiliando no desenvolvimento de práticas que diminuam as desigualdades sociais, afinal onde existem problemas desta esfera, também existem impactos ambientais em diferentes espaços, como o urbano, da mesma forma que os Objetivos de Desenvolvimento sustentáveis também auxiliam na ênfase para uma educação de qualidade e um pensar social cada vez mais sustentável.

5 CONCLUSÃO

O tema desta monografia centrou-se em trazer a reflexão, de forma breve, a respeito das desigualdades sociais no âmbito urbano e a importância do papel da educação ambiental, para isso efetuamos uma breve apresentação a respeito da temática da desigualdade no âmbito urbano.

Posteriormente abordou-se a questão da educação ambiental pelo viés da ecoalfabetização e saber ambiental a fim de ser pensada como uma forma de auxiliar o meio social a diminuir as desigualdades sociais e os reflexos e impactos ao meio ambiente através do ensino educacional.

No mesmo sentido, foi inserido na discussão a respeito da temática a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), com enfoque primordial no ODS 4 e 11, que abrangem de forma interdisciplinar uma educação de qualidade para favorecer o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis e preservação ambiental, papel primordial a ênfase da educação ambiental.

Salienta-se neste texto que se torna indispensável que ocorra uma reflexão cultural, uma mutação que supere a visão reducionista e alcance um enfoque mais global a respeito do meio ambiente. Trata-se de passagem de um reducionismo científico metodológico que fragmenta a natureza para conhecê-la há uma cultura sistêmica que compreende as inter-relações presentes no meio ambiente, inclusive trazendo a reflexão de que o ser humano faz parte desse meio

Para que haja essa mudança no meio social é necessário que a desigualdade ambiental não seja entendida através de um raciocínio onde os custos ecológicos permanecem em uma lógica de mercado, sendo que a equidade da sustentabilidade deve levar a perceber como a racionalidade tecnológica e econômica, afetando os equilíbrios ecológicos existentes e as formas culturais de acesso e transformações da natureza, gerando novas formas de desigualdade social e de distribuição ecológica entre os diferentes atores sociais. (LEFF, 2001, p.128).

A educação para uma ensinar ambiental é fundamental como um eixo de possibilidades às mudanças necessárias para o cuidado e preservação ambientais, também auxiliando no desenvolvimento de práticas que diminuam as desigualdades sociais, afinal onde existem problemas desta esfera, também existem impactos ambientais em diferentes espaços, como o urbano, objeto desta breve análise.

6 REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. (org.) **Trajetórias das desigualdades**: com o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos / organização. - 1 ed. - São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

CAPRA, Fritjof. MATTEI, Ugo. **Revolução Ecojurídica**. São Paulo: Editora Cultrix, 2018.

CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. **A visão Sistêmica da Vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas**. São Paulo: Editora Cultrix, 2014.

FREIRE, Geovana Maria Cartaxo de Arruda. **Direito à cidade sustentável**. Disponível em:

http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasil/07_499.pdf.

Acesso em: 10. Out. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 79p. 11ed.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Martins Fontes, São Paulo, 2014.

JUNGES, José Roque. **Ética ambiental**. Editora Unisinos, São Leopoldo, 2004.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Trad. Sandra Valenzula; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2007.

LEFF, Enrique; **Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 4ª Ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MARICATO, E. O Estatuto da Cidade Periférica. In: **O Estatuto da Cidade**: comentado. Organizadores Celso Santos Carvalho, Ana Claudia Roszbach. – São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. 120 p.: il.

MARQUES, Eduardo. Condições habitacionais e urbanas no Brasil. In: ARRETCHE, M. **Trajetória das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

ONU. **Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Acesso em: 14. Set. 2020.

RAMOS, E. C. **Educação ambiental**: evolução histórica, implicações teóricas e sociais uma avaliação crítica. Universidade Federal do Paraná. 1996. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/29517/D%20%20ELISABETH%20CHRIS%20TMANN%20RAMOS.pdf?sequence=1#:~:text=Ela%20surgiu%20basicamente%20como%20uma,sinais%20da%20iminente%20crise%20ambiental..> Acesso em: 16. Jun. 2022.

SCHONARDIE, Elenise Felzke; RICOTTA, Giuseppe; CANABARRO, Ivo dos Santos. **Múltiplos olhares sobre as cidades: controle social, memória e direitos humanos**. 2. Ed. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2019.